

27/10/2011

EXERCÍCIOS PÚBLICOS

INSTRUMENTOS PÚBLICOS

INSTRUMENTOS PÚBLICOS

Processo nº

31537

Folha nº

303

Assinatura

my

Fls:

Rubrica:

Respostas: 1o Lote de perguntas
Arquivo Nacional
19/09/2011

- ⚠ Advertência: não houve oportunidade, na elaboração da resposta, de inserção de extratos da legislação pertinente, entendendo-se, fundamentalmente as seguintes: lei n. 8.159/91 (Lei de Arquivos); lei n. 5.433, de 8 de maio de 1968 (Microfilme); decreto n. 1.799, de 30 de janeiro de 1999 (Decreto regulamentador da Lei 5.433); Portaria MJ/ Secretaria Nacional de Justiça n. 12, de 8 de junho de 2009, que dispõe sobre o registro e fiscalização do exercício da atividade de microfilmagem de documentos; lei do Código do Processo Civil.

1. Microfilmagem "híbrida"

- ⚠ A microfilmagem "híbrida" é possível em face da legislação em vigor?

R. Sim. Desde que o microfilme, para valor legal, seja produzido de acordo com a lei n. 5.433/68, de 1968, o decreto n. 1.799/99 e a portaria MJ n. 12/2009.

- ⚠ A microfilmagem "híbrida" é processo técnico que exige obrigatoriamente a realização simultânea da digitalização e sensibilização da película de microfilme – microfilmagem híbrida síncrona?

R. Em princípio, sim. Do contrário, configura-se como uma simples digitalização de imagem, resultando numa cópia. É um representante digital por ser feita em momento posterior à microfilmagem original. E, assim, não pode ser considerada original. (Ver Código do Processo Civil, Lei 569/1973, especialmente os quanto à reprodução de um documento para apresentação de provas, exigindo-se a existência do original e, quando se trata de fotografia, do negativo, para efeito de confrontação e validação.) (Enviamos ao final desse documento um extrato do CPC que pode ser útil para esse trabalho)

No entanto, se entendermos que o microfilme original gerado nessa operação simultânea tem de ser mantido, a microfilmagem com posterior digitalização do mesmo, denominada de "assíncrona" pode ser realizada – "confere com o original" (linguagem notarial), ou seja, com o microfilme gerado em película fotográfica.

Mesmo com a utilização "síncrona", o processo não prescinde da produção e manutenção e guarda do microfilme original. Essa tecnologia tem como principal propósito de produzir em velocidade cópias digitais e a sua inserção em sistemas eletrônicos de informações e banco de dados.

Em processo inverso, na Europa, tem-se utilizado da microfilmagem em película de saís de prata para o armazenamento seguro e a longo prazo de documentos em formato digital original (os nato digitais) considerados de vital importância.

A expressão microfilmagem "híbrida" deve ser melhor conceituada. Devemos entendê-la com a captura simultânea da mesma imagem, reproduzindo-a em dois formatos diferentes: película em saís de prata (microfilme) e em formato digital. Deveríamos encontrar referências normativas e

técnicas de outros países sobre essa temática (tipo e uso dessa tecnologia). Por isso é necessária uma terminologia uniformizada (sugestão nossa).

- ⚡ O que e/ou quem confere autenticidade ao resultado da microfilmagem? A autoridade certificante? A autoridade certificante *mais* a adoção de requisitos legais pré-estabelecidos? Neste caso, quais os requisitos legais pré-estabelecidos que imponham a simultaneidade da digitalização/microfilmagem?

R. A lei é clara. Microfilmes para documentos, para efeitos legais, devem seguir a lei n. 5.433/1968 e o decreto regulamentador n. 1.799/99. Ou seja: realizados por bureaus registrados no MJ. O Bureau deve ser registrado no MJ para que os microfilmes em película de sais de prata tenham efeito legal.

- ⚡ A microfilmagem "híbrida" depende de autorização expressa do Ministério da Justiça? Pode ser deferida pelo Poder Judiciário? Pode ser adotada pelos agentes credenciados pela Secretaria Nacional de Justiça?

R. Sim. Uma vez que ela seja síncrona. De acordo com a lei n. 5.433/68 e o decreto regulamentador de 1999, e a portaria MJ n. 12/2009, os Bureaus devem ser registrados no MJ. Na realidade o que é regulamentado, sm.j., pela Lei do Microfilme é o microfilme em sais de prata.

Se os microfilmes são produzidos exatamente de acordo com os termos da Lei de 1968 e seu decreto regulamentador de 1999, parece, a princípio, que para a produção das reproduções em formato digital, possa ou deva haver regulação específica, não prevista em lei, como, por exemplo, para estabelecer quais serão os formatos digitais (TIFF, PDF, JPEG) a serem gerados e utilizados de forma a permitir o amplo acesso e interoperabilidade em sistemas eletrônicos, seu armazenamento, e dar perspectivas de preservação a longo prazo de formatos digitais.

- ⚡ Qual são os requisitos mínimos para a realização da microfilmagem híbrida?

R. O que se está entendendo como "requisito mínimo"? Administrativos, de procedimentos, tecnológicos, atendimento à regulação e normas?

R. Ex. Para a produção do arquivo digital, a partir da imagem em sais de prata, a resolução adotada para captura digital deve permitir a visualização em tela e a impressão do original em escala 1:1. A recomendação n. 31 do CONARQ, de 2010 estabelece o mínimo de 300 DPI. A recomendação RLG recomenda 600 DPI para finalidade de impressão.

Manual do RLG para Microfilmagem de Arquivos. n. 53-
<http://www.arqsp.org.br/cpba/pdf_cadtec/53.pdf>

- ⚡ Digitalizando-se, quais os seus requisitos mínimos? Deve ser em padrão colorido? Grayscale? Qual a resolução mínima recomendável? Qual o formato do arquivo de saída? Quais os requisitos de armazenamento e backup? Recuperação? Disponibilização?

R. A digitalização de documentos e a de microfilmes podem em boa parte obedecer à Recomendação n. 31/2010 do CONARQ. Nela estão contidas todas essas indagações.

Se faz necessário o levantamento dos tipos de documentos a serem microfilmados/digitalizados.

Se são impressos, manuscritos, mistos, coloridos ou em PB. São apenas textuais? Há desenhos, diagramas, plantas baixas, cartografia? São encadernados?

Os detalhes técnicos (referências e boas práticas) de captura digital e de microfilmagem serão melhor descritos em forma direta e sumária em documento específico a ser apresentado à Comissão CNJ/CONARQ.

△ Ato contínuo, quais os requisitos mínimos para a feitura da microfilmagem?

R. Ver resposta anterior. Mas devem obedecer a Lei de Microfilmagem, o Decreto de 1999. Recomenda-se também a Resolução do CONARQ sobre Sinaletica

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999

Dispõe sobre a adoção de símbolos ISO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos

△ É possível contratar *bureau* de microfilmagem para geração do microfilme a partir dos objetos digitais anteriormente produzidos nos cartórios?

R. A princípio sim. Os originais digitais estão sob a custódia da organização produtora/acumuladora. A microfilmagem pode ser muito bem utilizada para preservar a longo prazo documentos originalmente nascidos em meio digital. Importante é haver ampla documentação em regulação da organização sobre a criação desses documentos nascidos digitalmente para dar-lhes maior confiabilidade e características de autenticidade.

f) Concluindo-se pela *negativa* da assincronidade do processo, pergunta-se:

1. O que fazer com as centenas de cartórios que já realizam o processo de microfilmagem híbrida assíncrona?

R. É necessário saber que tipos de documentos (para que finalidade foram criados, recebidos, emitidos) foram digitalizados a partir de microfilmes.

2. O que fazer em face de regulamentação, já longa, dos Tribunais Estaduais que preveem a digitalização e microfilmagem compondo os acervos de preservação permanente (como p. ex. nos casos de documentos registrados)?

R. "Os documentos registrados" são produzidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais? Não entendemos (AN).

R. Poderiam fazer a referência explícita dessa regulamentação? Não posso opinar sobre o que não conheço.

R. Os documentos originais são sempre de responsabilidade dos seus detentores. E no caso de documentos do poder público (recebidos, produzidos e mantidos), conforme a Lei de Microfilme e a Lei de Arquivos eles só podem ser eliminados de acordo com autorização da organização arquivística em sua esfera de competência.

△ Como enfrentar o problema econômico representado pelo alto custo de máquinas que realizam a microfilmagem híbrida síncrona – levando-se em consideração que a imensa

maioria dos cartórios brasileiros não tem capacidade financeira para arcar com estes custos?

R. É necessário sempre planejar muito bem qualquer atividade, e seus efeitos futuros, e que impliquem em custos financeiros e presença de especialistas. Isso sem entrar no mérito de futuros constrangimentos legais.

Para a realização de microfilmagem existem os Bureaus capacitados que têm justamente a finalidade de realizar serviços com menor custo-benefício. Assim, os conjuntos documentais, em que a atividade primária tenha sido encerrada/cessada/finalizada e após avaliação, organização, descrição, indexação e higienização podem ser microfilmados em grandes lotes, e por meio de terceirização do serviço. Nessa atividade, que a microfilmagem híbrida apresenta grandes benefícios ao permitir que esses documentos, em formato digital, possam ser inseridos em sistemas de informação e bancos de dados.

Deve-se atentar para a lei de Microfilmagem que não autoriza a microfilmagem e eliminação de documentos daquelas atividades em TRANSITO, ou seja, processos/atividades que ainda não tiveram finalização.

3. Tabela de temporalidade dos livros, documentos e papéis do Registro de Imóveis.

a) A tabela de temporalidade deve ser definida pelo Poder Judiciário ou por órgão arquivístico do Estado?

R: Tabelas de temporalidade no âmbito do Judiciário e do Extrajudicial vêm sendo definidas pelo Poder Judiciário na esfera estadual e federal já há algum tempo. O Poder Judiciário tem assento no Conselho Nacional de Arquivos e integra o Sistema Nacional de Arquivos.

b) Os cartórios de Registros Públicos, por seus órgãos de representação, deverão ou poderão integrar o SINAR? (art. 10 do Decreto 4.073, de 2002?).

R: Cabe o encaminhamento de uma consulta/solicitação oficial ao Conselho Nacional de Arquivos.

c) A tabela de temporalidade deve abranger tão-somente os livros, papéis e documentos próprios do Registro (Cap. V – da conservação – Lei 6.015, de 1973) ou deve abranger outros documentos e papéis relativos à gestão administrativa e financeira da serventia (imposto de renda, comprovantes de pagamento do INSS, recolhimento de guias etc. – art. 21 da Lei 8.935, de 1994)?

R: É recomendável que a tabela de temporalidade tenha abrangência sobre todo o acervo do Registro, pois os documentos, assim como as atividades que os geraram, se relacionam de uma forma ou de outra. Enquanto método de trabalho é muito recomendável.

d) Os livros em desuso ou findos podem ser recolhidos aos arquivos públicos do Estado?

R: Podem, desde que haja uma consulta a eles e cientificação à Corregedoria de Justiça estadual. Em alguns estados, estão sendo recolhidos preferencialmente aos arquivos do Judiciário estadual.

4. Arquivos dos Cartórios – cuidados com a sua preservação

a) É possível recomendar o encerramento imediato de todos os livros da Serventia, trasladando-se os dados para sistemas de fichas?

R: Como os dados seriam trasladados de uma hora para outra para um sistema de fichas?

b) É possível o encerramento de todos os livrórios, sua higienização, restauração e digitalização, com a posterior recolha ao Arquivo Público Estadual?

R: Em princípio, não existiriam óbices para isso, desde que tudo fosse planejado, lembrando que cada unidade da federação tem suas especificidades, inclusive a existência do arquivo do Judiciário estadual. Normalmente estabelece-se um intervalo de tempo significativo entre o que considerado corrente ou semi-corrente e o restante que é recolhido. Um dos fatores a considerar é a dinâmica do cartório.

c) O acesso às informações será feita por meio de CD's dos livros digitalizados ou por repositórios eletrônicos de compartilhamento comum à disposição dos cartórios da Amazônia Legal?

R: Quem seriam os usuários : os próprios registros, as corregedorias, os tribunais, o Conselho Nacional de Justiça, o público em geral...? Com que finalidade: imediata ou mediata? De prova ou informação? Fins administrativos ou acadêmicos?